

NOTA DE REPÚDIO

Os/as representantes das instituições que integram o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), do Estado da Bahia, reunidos em Salvador, no dia 12 de setembro de 2017, na 55ª Reunião Ordinária, aprovou esta NOTA DE REPÚDIO em reprovação ao corte e contingenciamento de recursos públicos orçamentários destinados à execução das políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural sustentável por parte do Governo Federal, na LOA 2017 e uma proposta de LOA 2018, que desmontam as políticas públicas federais destinadas aos agricultores (as) familiares do País.

O rural brasileiro não é mais o mesmo. Os indicadores econômicos e sociais avançaram e apontam mudanças significativas na nossa realidade. A situação de pobreza no campo foi reduzida. As famílias passaram a ter acesso à água, a moradia, a escola, a assistência técnica, energia elétrica, a políticas de comercialização e economia solidária, transporte e boas estradas.

A partir de 2003 com a adoção da abordagem territorial para o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, houve a criação e ampliação das políticas públicas para a Agricultura Familiar, que antes só dispunham de tímidos programas de governos. A Agricultura Familiar tornou-se um setor estratégico para o desenvolvimento do país. Hoje ela é responsável por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Parte dessas políticas era executada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através dos Territórios Rurais, extinto pelo Governo Federal em 2016, e pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), enfraquecido na atual gestão. Os benefícios gerados por essas políticas contribuíram para o aumento da produção agrícola no país.

Persistem sinais de vulnerabilidade social e econômica no meio rural. Isso exige a continuidade e avanços nas políticas públicas de apoio à agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável. Acreditamos que nenhum governante interesse esse retrocesso no Desenvolvimento Rural.

O momento atual é de desmonte das políticas públicas que beneficiam a população rural. Essa NOTA DE REPÚDIO é uma forma de oferecer resistência para garantir a manutenção dessas políticas públicas.

Exigimos que o conjunto das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e social das populações do campo sejam restauradas, de forma mais consistente e com mais recursos.

Salvador/BA, 12 de setembro de 2017